



CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE
Estado de Minas Gerais

PROJETO DE LEI Nº 840/2017

**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO
PROGRAMA MUNICIPAL DE
RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Autor: Poder Executivo

A Câmara Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado o Programa Municipal de Recuperação de Créditos do Município de Pouso Alegre, de vigência temporária e condições específicas estabelecidas nesta Lei.

Art. 2º A Fazenda Pública Municipal de Pouso Alegre fica autorizada a conceder anistia parcial de juros e multas, apurados sobre os créditos tributários e não tributários de sua titularidade, inscritos ou não em Dívida Ativa, em cobrança administrativa e/ou judicial, com vencimentos até 31 de dezembro de 2016.

Parágrafo único. A anistia somente incidirá sobre juros e multas, apurados conforme a legislação em vigor, sendo vedado concedê-la sobre o valor principal originário e correção monetária.

Art. 3º O ingresso no Programa Municipal de Recuperação de Créditos dar-se-á por opção do contribuinte, que será formalizada mediante:

I – requerimento em formulário padrão, a ser disponibilizado pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, firmado pelo contribuinte, por seu representante legal ou procurador legalmente constituído e com poderes específicos para tal, ou por terceiro que demonstre, cabal e documentalmente, interesse na liquidação do débito, importando tal ação na expressa, irretroatável e indivisível confissão quanto à sua certeza, liquidez e exigibilidade;

II – pagamento da parcela única ou da primeira parcela;

III – expressa desistência de parcelamentos firmados anteriormente a esta Lei, quando for o caso.

§ 1º O prazo para adesão ao Programa é de 120 (cento e vinte) dias contados da data de publicação desta Lei, podendo ser prorrogado por Decreto do Chefe do Poder Executivo, desde que o termo final do prazo de adesão não ultrapasse 20 de dezembro de 2017.

§ 2º Considera-se terceiro interessado, para fins do inciso II do **caput** deste artigo, o locatário, o cessionário, o usufrutuário, o donatário, o comodatário, o arrendatário, o posseiro a qualquer título, o representante legal e/ou procurador regularmente constituído, o cônjuge ou companheiro do proprietário do imóvel ou do terceiro, seus descendentes ou ascendentes até segundo grau, colateral, herdeiro ou inventariante, este mediante prova documental idônea dessa qualidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE

Estado de Minas Gerais

§ 3º O simples requerimento não implica no deferimento do benefício, o qual dependerá do atendimento às prescrições contidas nesta Lei.

Art. 4º Os devedores, pessoas físicas e jurídicas, poderão liquidar seus débitos à vista ou parceladamente, observados os seguintes limites percentuais de descontos:

I – 90% (noventa por cento), para pagamento à vista dos débitos;

II – 70% (setenta por cento), para pagamento em até 06 (seis) parcelas iguais, mensais e consecutivas de débitos de qualquer valor;

III – 50% (cinquenta por cento), para pagamento em até 12 (doze) parcelas iguais, mensais e consecutivas de débitos de qualquer valor.

Parágrafo único. O deferimento do benefício não afasta a incidência de correção monetária, juros e demais acréscimos legais e contratuais, calculados mês a mês na forma da legislação vigente, ao tempo do vencimento de cada parcela, implicando na interrupção da prescrição do crédito.

Art. 5º O parcelamento será concedido em parcelas iguais, mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira delas no último dia do mês da concessão do benefício, sem prazo de carência.

§ 1º O valor de cada parcela não poderá ser inferior a R\$100,00 (cem reais).

§ 2º Quando o requerimento for formulado por terceiro obrigado a efetuar o pagamento em virtude de estipulação contratual, o número de parcelas não poderá exceder ao período de vigência do contrato.

§ 3º No caso de parcelamento de IPTU, havendo transferência do imóvel, a qualquer título, o débito deverá ser prévia e integralmente liquidado, independentemente do número de parcelas remanescentes.

Art. 6º A adesão ao benefício criado por esta Lei importa o reconhecimento da dívida e a incondicional e definitiva desistência de eventual ação judicial, reclamação ou recurso administrativo correspondente ou relacionado a eles.

§ 1º Na hipótese prevista no **caput**, os benefícios desta Lei somente abrangerão o saldo devedor existente.

§ 2º Os benefícios desta Lei não alcançam importâncias já recolhidas, sendo vedado qualquer tipo de restituição.

Art. 7º Na hipótese de débito ajuizado, as custas, honorários advocatícios fixados em decisão judicial e demais despesas processuais deverão ser integralmente quitadas pelo interessado no ato da adesão ao Programa, salvo isenção determinada pelo juiz da execução.

Art. 8º A inadimplência no pagamento de quaisquer das parcelas, por período superior a 60 (sessenta) dias, implicará o cancelamento automático do benefício, retornando o débito ao seu valor original anterior ao deferimento do pedido, com os acréscimos legais e contratuais, deduzindo-se os valores efetivamente



CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE
Estado de Minas Gerais

quitados, e o débito remanescente só poderá ser adimplido à vista, sem prejuízo das medidas de natureza administrativa e da cobrança judicial e/ou extrajudicial.

Art. 9º Em caso de solicitação para pagamento à vista, no ato do deferimento do benefício será emitida e entregue ao requerente a guia de arrecadação respectiva, com vencimento limite no último dia do mês da concessão do benefício.

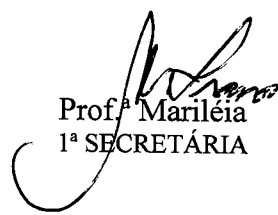
Art. 10. A aplicação das medidas previstas nesta Lei não implica restituição ou compensação de valores, a qualquer título, em caso de pagamento anterior ou posterior à sua entrada em vigor, ainda que os débitos quitados estejam inclusos na mesma faixa para a concessão de quaisquer dos benefícios.

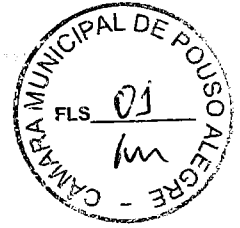
Art. 11. O beneficiário que der causa ao cancelamento do benefício, por quaisquer dos motivos elencados nesta Lei, não poderá obtê-lo novamente.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Pouso Alegre, 02 de Março de 2017.


Adriano da Farmácia
PRESIDENTE DA MESA


Prof.ª Mariléia
1ª SECRETÁRIA



PROJETO DE LEI Nº 840, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Recuperação de Créditos e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo

A Câmara Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. Fica criado o Programa Municipal de Recuperação de Créditos do Município de Pouso Alegre, de vigência temporária e condições específicas estabelecidas nesta Lei.

Art. 2º. A Fazenda Pública Municipal de Pouso Alegre fica autorizada a conceder anistia parcial de juros e multas, apurados sobre os créditos tributários e não tributários de sua titularidade, inscritos ou não em Dívida Ativa, e:m cobrança administrativa e/ou judicial, com vencimentos até 31 de dezembro de 2016.

Parágrafo Único. A anistia somente incidirá sobre juros e multas, apurados conforme a legislação em vigor, sendo vedado concedê-la sobre o valor principal originário e correção monetária.

Art. 3º. O ingresso no Programa Municipal de Recuperação de Créditos dar-se-á por opção do contribuinte, que será formalizada mediante:

I – requerimento em formulário padrão, a ser disponibilizado pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, firmado pelo contribuinte, por seu representante legal ou procurador legalmente constituído e com poderes específicos para tal, ou por terceiro que demonstre, cabal e documentalmente, interesse na liquidação do débito, importando tal ação na expressa, irrevogável e indivisível confissão quanto à sua certeza, liquidez e exigibilidade;

II – pagamento da parcela única ou da primeira parcela;

III – expressa desistência de parcelamentos firmados anteriormente a esta Lei, quando for o caso.

§ 1º. O prazo para adesão ao Programa é de 120 (cento e vinte) dias contados da data de publicação desta Lei, podendo ser prorrogado por Decreto do Chefe do Poder Executivo, desde que o termo final do prazo de adesão não ultrapasse 20 de dezembro de 2017.

§ 2º. Considera-se terceiro interessado, para fins do inciso II do *caput* deste artigo, o locatário, o cessionário, o usufrutuário, o donatário, o comodatário, o arrendatário, o posseiro a qualquer título, o representante legal e/ou procurador regularmente constituído, o cônjuge ou companheiro do proprietário do imóvel ou do terceiro, seus descendentes ou ascendentes até segundo grau, colateral, herdeiro ou inventariante, este mediante prova documental idônea dessa qualidade.

§ 3º. O simples requerimento não implica no deferimento do benefício, o qual dependerá do atendimento às prescrições contidas nesta Lei.



Art. 4º. Os devedores, pessoas físicas e jurídicas, poderão liquidar seus débitos à vista ou parceladamente, observados os seguintes limites percentuais de descontos:

I – 90% (noventa por cento), para pagamento à vista dos débitos.

II – 70% (setenta por cento), para pagamento em até 06 (seis) parcelas iguais, mensais e consecutivas de débitos de qualquer valor.

III – 50% (cinquenta por cento), para pagamento em até 12 (doze) parcelas iguais, mensais e consecutivas de débitos de qualquer valor.

Parágrafo único. O deferimento do benefício não afasta a incidência de correção monetária, juros e demais acréscimos legais e contratuais, calculados mês a mês na forma da legislação vigente, ao tempo do vencimento de cada parcela, implicando na interrupção da prescrição do crédito.

Art. 5º. O parcelamento será concedido em parcelas iguais, mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira delas no último dia do mês da concessão do benefício, sem prazo de carência.

§1º. O valor de cada parcela não poderá ser inferior a R\$100,00 (cem reais).

§2º. Quando o requerimento for formulado por terceiro obrigado a efetuar o pagamento em virtude de estipulação contratual, o número de parcelas não poderá exceder ao período de vigência do contrato.

§3º. No caso de parcelamento de IPTU, havendo transferência do imóvel, a qualquer título, o débito deverá ser prévia e integralmente liquidado, independentemente do número de parcelas remanescentes.

Art. 6º. A adesão ao benefício criado por esta Lei importa o reconhecimento da dívida e a incondicional e definitiva desistência de eventual ação judicial, reclamação ou recurso administrativo correspondente ou relacionado a eles.

§1º. Na hipótese prevista no *caput*, os benefícios desta Lei somente abrangerão o saldo devedor existente.

§2º. Os benefícios desta Lei não alcançam importâncias já recolhidas, sendo vedado qualquer tipo de restituição.

Art. 7º. Na hipótese de débito ajuizado, as custas, honorários advocatícios fixados em decisão judicial e demais despesas processuais deverão ser integralmente quitadas pelo interessado no ato da adesão ao Programa, salvo isenção determinada pelo juiz da execução.

Art. 8º. A inadimplência no pagamento de quaisquer das parcelas, por período superior a 60 (sessenta) dias, implicará o cancelamento automático do benefício, retornando o débito ao seu valor original anterior ao deferimento do pedido, com os acréscimos legais e contratuais, deduzindo-se os valores efetivamente quitados, e o débito remanescente só poderá ser adimplido à vista, sem prejuízo das medidas de natureza administrativa e da cobrança judicial e/ou extrajudicial.

Art. 9º. Em caso de solicitação para pagamento à vista, no ato do deferimento do benefício será emitida e entregue ao requerente a guia de arrecadação respectiva, com vencimento limite no último dia do mês da concessão do benefício.



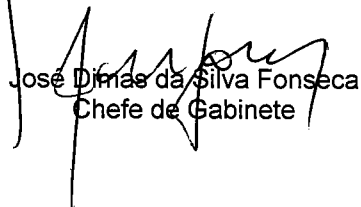
Art. 10. A aplicação das medidas previstas nesta Lei não implica restituição ou compensação de valores, a qualquer título, em caso de pagamento anterior ou posterior à sua entrada em vigor, ainda que os débitos quitados estejam inclusos na mesma faixa para a concessão de quaisquer dos benefícios.

Art. 11. O beneficiário que der causa ao cancelamento do benefício, por quaisquer dos motivos elencados nesta Lei, não poderá obtê-lo novamente.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre – MG, 14 de fevereiro de 2017.


RAFAEL TADEU SIMÕES
Prefeito Municipal


José Dimas da Silva Fonseca
Chefe de Gabinete



JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimos Senhores Vereadores,

Submetemos à apreciação dessa Colenda Casa de Leis, o Projeto de Lei em anexo, que dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Recuperação de Créditos e dá outras providências.

Objetiva o Projeto de Lei a autorização legislativa para que o Poder Executivo possa conceder anistia parcial de multa e juros moratórios incidentes sobre créditos tributários e não tributários de sua titularidade, inscritos ou não em Dívida Ativa, em cobrança administrativa e/ou judicial, constituídos até 31 de dezembro de 2016.

Para o pagamento à vista, o contribuinte obterá desconto de 90% (noventa por cento). Caso opte pelo pagamento em até 06 (seis) parcelas iguais, o desconto será de 70% (setenta por cento); em optando pelo pagamento em até 12 (doze) parcelas iguais, o desconto será de 50% (cinquenta por cento).

Assim, o Município busca recuperar os créditos municipais e ao mesmo tempo oferecerá a possibilidade de requalificação ao contribuinte inadimplente, apresentando resultados positivos tanto para as finanças públicas, quanto para os contribuintes.

A Lei Municipal nº 5728/2016, que fixou as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017, no capítulo V, que trata das "Disposições sobre Alterações da Legislação Tributária", prevê, em seu art. 38, §1º, inciso VII, que as alterações propostas na legislação tributária poderão versar sobre "a revisão de isenções dos tributos, remissão ou anistia e 'taxas' do Município, para manter o interesse público e ajuste fiscal", de modo que há expressa previsão na LDO para que se implemente medidas como a que se pretende, relacionadas a exclusão do crédito tributário, seja através de isenção, seja através de anistia.

Para fins de atendimento ao art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), conforme declaração e estimativa de impacto orçamentário-financeiro subscritas pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças (anexas), informamos que:

- (I) A renúncia de receita de multa e juros foi devidamente prevista na Lei Municipal nº 5728/2016, de 06 de setembro de 2016, que fixou as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017, conforme alteração da LDO;
- (II) A estimativa do impacto orçamentário da renúncia da receita constou expressamente no anexo de demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita da Lei Municipal nº 5728/2016; e
- (III) A renúncia de receita foi considerada na estimativa da receita orçamentária para o exercício de 2017, conforme se verifica do Anexo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia da Receita, na nova redação trazido pelo PL 839./2017.

f R



Prefeitura Municipal
de **Pouso Alegre**

Chefia de
Gabinete

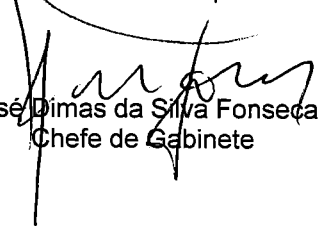


Por todo o exposto, rogamos o empenho de Vossa Excelência e dos demais Vereadores com assento nessa Laboriosa Casa Legislativa no sentido da discussão e aprovação da presente propositura.

Pouso Alegre, 14 de fevereiro de 2017.



RAFAEL TADEU SIMÕES
Prefeito Municipal



José Dimas da Silva Fonseca
Chefe de Gabinete



Ref.: Projeto de Lei nº 840/2017.

Estimativa do impacto orçamentário-financeiro (art. 14, LC nº 101/2000)

Para compor o Projeto de Lei acima epigrafado, que trata do Programa Municipal de Recuperação de Créditos através da anistia parcial de juros e multas, o departamento de Dívida Ativa e a Secretaria Municipal de Administração e Finanças apurou os seguintes valores a serem considerados como renúncia de receitas municipais, referente aos débitos dos contribuintes em 31/12/2016 atualizados até 10/02/2016.

Montante a receber de Dívida Inscrita e Não Inscrita R\$ 74.282.259,20.

Previsão do montante considerado para fins de
Recuperação de Créditos (somatório dos anos 2013/2016) R\$46.974.139,08.

Previsão de arrecadação com o Programa de
Recuperação de Créditos (estimativa de 10%) R\$4.697.413,91.

ANISTIA

Total de Anistia de Juros e Multas para recebimento a vista.....R\$ 267.978,24.
Representando 0,48% da dívida total

Total de Anistia de Juros e Multas para recebimento a prazo.....R\$ 377.154,56.
Representando 0,40% da dívida total

Total Geral de Anistia de Juros e Multa (a vista e a prazo)R\$ 645.141,80.

ARRECADÇÃO LÍQUIDA DO MUNICÍPIO

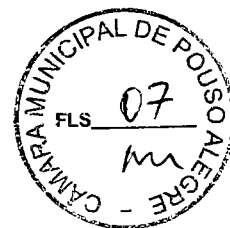
À vistaR\$ 1.409.224,17.

À prazo R\$ 3.288.189,74.

Total R\$ 4.697.413,91.

A anistia parcial de juros e multas trará benefícios ao município, além de incentivarem os contribuintes a quitarem seus débitos, reforçará o caixa com recursos financeiros que serão aplicados em ações imediatas em benefício da própria população

Júlio César da Silva Tavares
Secretário de Administração e Finanças



Declaração

Declaramos para os fins que se tornarem necessários, junto ao Projeto de Lei 840/2017, que cria o Programa Municipal de Recuperação de Créditos, visando à anistia parcial de juros e multas aos contribuintes com débitos vencidos até 31 de dezembro de 2016, que não haverá comprometimento das metas definidas na Lei Municipal nº 5728/2016 (LDO) e suas subsequentes alterações, bem como o montante não foi considerado como receita no orçamento do Município.

Pouso Alegre, 14 de fevereiro de 2017.


Júlio César da Silva Tavares
Secretário de Administração e Finanças

COMPENSAÇÃO:

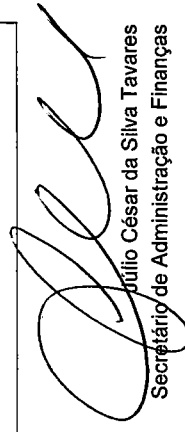
Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os créditos tributários que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da lei instituidora do Programa Municipal de Recuperação de Créditos e da LDO/2017, estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Ocorre que o excesso de arrecadação gerado pela dívida ativa dos tributos municipais, diante do benefício concedido pelo Programa Municipal de Recuperação de Créditos (anistia parcial de juros e multas), será mais que suficiente para compensar o valor renunciado. O valor previsto para "recuperação de créditos", tratado como excesso de arrecadação, será de R\$4.697.413,91, conforme planilha abaixo, correspondente a 10% (dez por cento) do montante considerado/valor inscrito em dívida ativa e em execução, referente aos exercícios de 2013 a 2016.

Dessa forma, fica observado o atendimento do disposto no art. 14, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais.

Anistia parcial apurada sobre créditos tributários e não tributários	Concessão em caráter geral	Anistia parcial de juros e multa	645.141,80	0	0
--	----------------------------	----------------------------------	------------	---	---

Receita de Impostos, taxas e patrimoniais estimada para 2017	Valor inscrito em dívida ativa e em execução de 2013, 2014, 2015 e 2016	Previsão de arrecadação com a concessão de anistia de multas e juros (estimativa de 10% do valor inscrito)	Previsão dos juros a serem dispensados	Previsão da multa a serem dispensados
R\$ 73.492.000,00	R\$ 46.974.139,08	R\$ 4.697.413,91	R\$ 549.395,88	R\$ 95.736,91
Projeção de arrecadação de valores lançados de IPTU, com aumento de arrecadação pela anistia	A projeção foi efetuada para os valores de 2013, 2014, 2015 e 2016 considerando que os períodos anteriores foram objeto de várias leis de recuperação de créditos, com parcelamentos ativos e ainda pendentes de pagamentos, assim o impacto será bastante reduzido, ou quase nulo para estas receitas. A projeção de valores anistiados foi realizada considerando a expectativa de que 30% das adesões ao programa sejam em parcela única e 70% parceladas.			
R\$ 78.189.413,91				



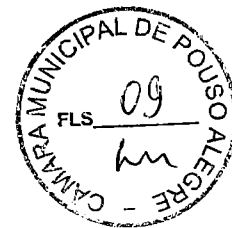
Júlio César da Silva Tavares
Secretário de Administração e Finanças



Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Pouso Alegre - Minas Gerais.

Pouso Alegre, 16 de fevereiro de 2017.

PARECER JURÍDICO AO PROJETO DE LEI Nº 840/2017



Projeto de Lei - Executivo

Nos termos dispostos no artigo 79 do Regimento Interno desta Casa de Leis, passamos a analisar os aspectos legais do **Projeto de Lei nº 840/2017**, de autoria do **Poder Executivo** que dispõe sobre a ***“CRIAÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”***

O projeto de lei em análise, visa criar o programa municipal de recuperação de créditos no município de Pouso Alegre, requerendo autorização legislativa para concessão de anistia parcial de juros e multas, apurados sobre os créditos tributários e não tributários de titularidade própria, inscritos ou não em dívida ativa, em cobrança judicial ou administrativa com vencimentos até 31/12/2016.

Referido projeto de lei, estabelece prazo de 120 dias para adesão ao programa contados a partir da publicação desta lei. O artigo 4º do projeto de lei, em análise, estabelece os seguintes descontos de juros e multa para pagamento dos débitos: 90% para pagamento à vista; 70% para pagamento em até seis parcelas iguais, mensais e consecutivas de débito de qualquer valor; 50% para pagamento em até 12 parcelas iguais e mensais consecutivas de débitos de qualquer valor.

A proposta apresentada pelo Poder Executivo vem acompanhada de declaração de estimativa de impacto financeiro devidamente subscrita pelo Secretário de Finanças nos termos dispostos pelo artigo 14 da Lei 101/2000 e de compatibilidade com a LDO.

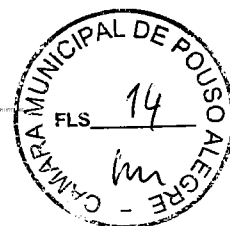
Sob o aspecto legislativo formal, a proposição em exame se afigura revestida da condição legal no que concerne à competência, e quanto à iniciativa, que é privativa do chefe do Poder Executivo.



Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -

Gabinete Parlamentar



Pouso Alegre, 20 de Fevereiro de 2017.

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO (CLJR)

RELATÓRIO:

Vem, a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Pouso Alegre – MG, para exame ao **PROJETO DE LEI Nº 840/2017 QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Comissão, cumprido os regulares procedimentos, emite o respectivo parecer e voto, nos termos regimentais.

FUNDAMENTAÇÃO E CONCLUSÃO DA RELATORIA:

Conforme o artigo 67 e seguintes, do Regimento Interno desta Casa, combinado com o Artigo 37 e parágrafos, da Lei Orgânica Municipal, são atribuições das Comissões Permanentes o estudo e a emissão de parecer acerca das proposições que lhe são apresentadas e, à esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação cabe especificamente, nos termos do artº 68, do Regimento Interno, examinar as proposições referentes as matérias desta natureza que trata este referido Projeto de Lei.

Esta Relatoria constatou que o Projeto de Lei 840/2017 tem como objetivo Dispor sobre a criação do Programa Municipal de Recuperação de créditos e dá outras providências.

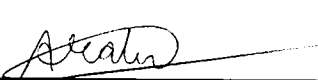
O Departamento Jurídico desta Casa, após análise, emitiu parecer **FAVORÁVEL** ao projeto em Estudo.


Diante do exposto, segue a conclusão deste parecer cujos termos estão devidamente apresentados.

CONCLUSÃO:

O Relator da Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação, feita a análise, **EXARA PARECER FAVORÁVEL A TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI 840/2017.**


Vereador Dr. Edson
Presidente


Vereador Adelson do Hospital
Relator


Vereador Odair Quincote
Secretário



Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -

Gabinete Parlamentar



PARECER Nº 13 DE 2017

PARECER DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 840 DE 2017.

RELATÓRIO:

De autoria do Poder Executivo, o Projeto de Lei Nº 840/2017 em epígrafe tem por objetivo a autorização do Poder Legislativo para que o Executivo possa conceder anistia parcial de multa e juros moratórios incidentes sobre créditos tributários e não tributários de sua titularidade, inscritos ou não na Dívida Ativa, em cobrança administrativa e/ou judicial, constituídos até 31 de dezembro de 2016.

FUNDAMENTAÇÃO:

Nos termos regimentais da Câmara Municipal de Pouso Alegre/MG, no diz no seu artigo 67, combinado com o artigo 37, § 3º da Lei Orgânica Municipal, compete as Comissões Permanentes opinarem acerca das proposições que lhe são encaminhadas pela Mesa Diretora, analisar a proposta quanto aos aspectos legais.

Ressalta-se ainda o artigo 69, V do Regimento Interno que dá competência a Comissão de Administração Financeira e Orçamentária de opinar sobre Matéria Tributária.

Ao fazê-lo, verificamos que a Proposta de Lei apresenta todos os requisitos legais, a fim de tramitar no Plenário desta Casa de Leis.

Diante do exposto, vamos à conclusão deste parecer, cujos termos damos por devidamente assentados.

CONCLUSÃO:



Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -

Gabinete Parlamentar



Após análise do presente Projeto de Lei Nº 840/2017, a Comissão verificou que a proposta encontra-se com todos os requisitos legais preenchidos.

Diante dos fatos narrados, a Comissão de Administração Financeira e Orçamentária EXARA PARECER FAVORÁVEL, à tramitação do referido projeto, julgando-o apto a ser apreciado pelo Plenário desta Edilidade. É o nosso parecer.

Pouso Alegre, 21 de fevereiro de 2017.

Leandro Moraes
Relator

Bruno Dias
Presidente

Dito Barbosa
Secretário